

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – CONTAS PÚBLICAS

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- A questão discursiva deverá ser redigida com o máximo de **25 (vinte e cinco)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca de cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Em todas as opções há orações adjetivas sublinhadas, que podem ser de sentido restritivo ou explicativo.

Entre as orações indicadas, aquela que mostra valor explicativo, é:

- (A) Os alunos que moram longe chegam atrasados à escola.
- (B) Os homens que dirigiram o caminhão queixaram-se das ruas.
- (C) As crianças gostaram do mamão que estava maduro.
- (D) As janelas, que tinham vidros, precisavam de persianas.
- (E) O automóvel cujo vidro é verde, pertence a meu pai.

2

Em todas as frases a seguir, há o uso de pronomes pessoais oblíquos.

Assinale a opção em que a inclusão de uma nova palavra alterou **incorretamente** a posição desse pronome.

- (A) Falou-se em muitas demissões na indústria. / Sempre se falou em muitas demissões na indústria.
- (B) Trabalha-se muito por lá. / Dizem que se trabalha muito por lá.
- (C) Deram-me a notícia. / Assim que cheguei me deram a notícia.
- (D) Respeitá-los é o nosso dever. / Os respeitar, acima de tudo, é o nosso dever.
- (E) Chamaram-nos às pressas. / Nunca os chamaram às pressas.

3

Assinale a frase em que houve troca **indevida** entre os pronomes O/LHE.

- (A) Um aluno passou mal na escola e ninguém foi buscá-lo.
- (B) O trabalho do empregado era intenso, deixando-o cansado.
- (C) A mãe reclamou que dois dos filhos não lhe obedeceram.
- (D) O presidente do clube reclamou, pois o resultado do time na competição não o agradou.
- (E) O professor mudou de escola e muitos dos estudantes o seguiram.

4

Em todas as opções a seguir há duas orações separadas por pontuação.

Subordinando a segunda à primeira, a única forma adequada é:

- (A) O ministro é grande amigo do presidente. O presidente simpatiza com seu trabalho. / O ministro, com cujo trabalho o presidente simpatiza, é grande amigo dele.
- (B) Visitou-me ontem o pintor. O jornal fez alusão a seus quadros. / Visitou-me ontem o pintor a que o jornal fez alusão a seus quadros.
- (C) Esta é uma ideia. Tenho muita fé em sua força. / Este é uma ideia em cuja fé tenho muita força.
- (D) A academia foi fechada. Descobriram-se muitos problemas com os aparelhos. / A academia foi fechada porque descobriram-se muitos problemas com os aparelhos.
- (E) Esse sujeito é muito inteligente. Vamos necessitar de seu auxílio. / Esse sujeito, com cujo auxílio vamos necessitar, é muito inteligente.

5

Por vezes, o deslocamento de palavras ou expressões pode resultar em alteração de sentido. Entretanto, em outras, a variação sintática não carrega mudança semântica.

A opção em que as duas frases mostram o mesmo significado é:

- (A) Ela não prometeu vir à festa / Ela prometeu não vir à festa.
- (B) Até o técnico admitiu que o jogo não seria fácil / O técnico até admitiu que o jogo não seria fácil.
- (C) O presidente falou finalmente que a lei vai ser alterada / O presidente falou que a lei finalmente vai ser alterada.
- (D) Apenas o chefe deixou de vir à reunião / O chefe deixou apenas de vir à reunião.
- (E) Um dia devemos começar a trabalhar / Devemos começar a trabalhar um dia.

6

Leia a notícia a seguir.

Relatório da UNESCO, realizado em parceria com o British Council, aponta uma equação desequilibrada da participação das mulheres na ciência.

Estima-se que apenas uma mulher para cada quatro homens, consiga um emprego na área de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). As disparidades de gênero na ciência contribuem significativamente com a desigualdade econômica na sociedade. Apesar dos desafios para aumentar a representatividade feminina em STEM, ainda existem lacunas em diferentes níveis de educação e progressão de carreira em quase todos os países do mundo. Essas falhas podem ser observadas em todas as fases do ciclo de vida de meninas e mulheres, desde a escola primária até em altos cargos no campo científico.

Fonte: <https://www.britishcouncil.org.br/mulheres-na-ciencia/relatorio-unesco-america-latina>

Assinale a opção que está de acordo com a significação e a estruturação do texto.

- (A) A forma verbal “Estima-se” indica uma indeterminação do sujeito.
- (B) A inclusão da palavra “apenas” na primeira frase do texto mostra a opinião do enunciador que a quantidade de mulheres é considerada pequena.
- (C) O segundo período do texto explicita os termos do primeiro período.
- (D) A baixa quantidade de mulheres em relação a homens no espaço de empregos na área da ciência é um problema nitidamente brasileiro.
- (E) A argumentação do texto se apoia em uma estatística visivelmente tendenciosa.

Estatística

7

Uma amostra atual de 40 idades resulta numa média de 32 anos, numa mediana de 39 anos e num desvio padrão de 4 anos.

Daqui a 8 anos, os novos valores da média, da mediana e do desvio padrão das idades desse mesmo grupo de pessoas serão, respectivamente, iguais a:

- (A) 48, 47 e 16.
- (B) 46, 48 e 16.
- (C) 48, 47 e 4.
- (D) 48, 47 e 12.
- (E) 46, 46 e 20.

8

De um grupo de 8 investidores, 5 investem em criptomoedas e 3 não investem nessa modalidade.

Se quatro pessoas desse grupo forem selecionadas ao acaso, sem reposição, a probabilidade de que, das quatro, três invistam em criptomoedas é aproximadamente igual a:

- (A) 13%.
- (B) 17%.
- (C) 23%.
- (D) 29%.
- (E) 35%.

9

Para se estimar a média μ de uma população suposta como normalmente distribuída com variância conhecida e igual a 16, uma amostra aleatória simples de tamanho 100 foi obtida e resultou numa média amostral igual a 30.

Dado que o 97,5 percentil da distribuição normal padrão é igual a 1,96, um intervalo de 95% de confiança para μ será dado aproximadamente por:

- (A) (29,2; 30,8)
- (B) (28,8; 31,2)
- (C) (28,5; 31,5)
- (D) (28,1; 31,9)
- (E) (27,8; 32,2)

Administração Pública

10

A Nova Gestão Pública (*New Public Management* – NPM) foi implementada no Brasil a partir da década de 1990, com forte inspiração em modelos do setor privado e em valores gerencialistas. No entanto, sua aplicação no contexto brasileiro enfrentou limitações importantes.

Um dos principais fatores que dificultaram a adoção plena da NPM no Brasil foi:

- (A) a inexistência de pressões externas por reformas gerenciais.
- (B) a acentuada autonomia dos servidores públicos na definição de estratégias gerenciais.
- (C) o fato de o setor público brasileiro já ser difusamente orientado por metas e resultados.
- (D) a compatibilidade entre os valores da NPM e os princípios da administração pública tradicional brasileira.
- (E) a resistência cultural e organizacional associada ao personalismo, ao clientelismo e à centralização burocrática.

11

No âmbito da administração pública federal, o planejamento governamental é disciplinado por três instrumentos principais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses instrumentos integram o ciclo orçamentário e apresentam diferentes funções no processo de formulação, execução e avaliação das políticas públicas.

Com base nas orientações do Ministério do Planejamento e Orçamento, assinale a afirmativa que apresenta uma definição correta de um elemento da dimensão estratégica do PPA.

- (A) Diretrizes Estratégicas indicam os programas prioritários a serem financiados anualmente pela LOA.
- (B) Objetivos Estratégicos são definidos como os indicadores de impacto das políticas públicas adotadas no quadriênio.
- (C) Visão de Futuro corresponde a um conjunto de metas quantitativas e mensuráveis para os próximos quatro anos.
- (D) Indicadores-Chave Nacionais permitem acompanhar o desempenho das estratégias adotadas no Plano Plurianual.
- (E) Eixos Estratégicos representam o conjunto de políticas públicas setoriais a serem executadas diretamente pelas unidades orçamentárias.

12

O cubo da democracia propõe uma análise tridimensional dos processos participativos, considerando variáveis que afetam o grau de democratização de uma prática participativa.

Com base nesse modelo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A acessibilidade está relacionada a quem pode participar dos processos participativos.
- (B) A acessibilidade se refere ao nível de transparência das decisões tomadas por autoridades públicas.
- (C) O tipo de interação refere-se à força do vínculo entre o processo deliberativo e as decisões finais adotadas.
- (D) O grau de influência mede o número de participantes que conseguem votar diretamente em processos participativos.
- (E) O tipo de interação avalia o tempo de duração dos fóruns deliberativos, sendo determinante para o grau de inclusão social.

Controle Externo

13

Considerando as disposições do Regimento Interno do TCE-PE acerca de sua estrutura organizacional, relacione os órgãos desse Tribunal à respectiva classificação regimental:

1. Órgão de Competência Originária
 2. Órgãos Especiais
 3. Órgão de Gestão
- () Gabinete da Presidência
 () Auditoria Geral
 () Ministério Público de Contas

Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada:

- (A) 1 – 2 – 2.
- (B) 1 – 2 – 1.
- (C) 2 – 2 – 2.
- (D) 3 – 2 – 2.
- (E) 3 – 1 – 1.

14

Considerando a normativa referente à organização, às prerrogativas e à autonomia institucional do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, avalie as afirmativas a seguir, assinalando (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O governador do Estado pode ter prazo fixado em dispositivo de Lei Orgânica do Tribunal de Contas Estadual para nomear, em até 30 (trinta) dias, membro do Ministério Público de Contas indicado em lista tríplice para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.
- () A Carta Magna assegura ao Ministério Público de Contas autonomia funcional e administrativa, inclusive para propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares.
- () Os membros do Ministério Público de Contas têm asseguradas as mesmas garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público do Estado, tais como requisição de documentos, informações e diligências, sem qualquer submissão à Corte de Contas.

A relação correta, na ordem apresentada, é:

- (A) F – V – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) F – F – F.

Noções de Contabilidade Pública

15

De acordo com a NBC TS Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, a informação contábil impõe custos para as entidades, e seus benefícios devem justificá-los, de modo a incluí-la nos relatórios contábeis.

Além disso, mesmo quando não há omissão da informação útil, os usuários que recebem a informação também incorrem nos custos de:

- (A) coleta e verificação.
- (B) disseminação e análise.
- (C) análise e interpretação.
- (D) coleta e processamento.
- (E) verificação e disseminação.

16

Em janeiro de 2025, uma entidade do setor público, que realiza pesquisas na área médica, recebeu uma patente por meio de transação sem contraprestação.

Na data, a patente foi reconhecida no Balanço Patrimonial da entidade como ativo:

- (A) intangível, pelo valor justo.
- (B) imobilizado, pelo valor justo.
- (C) intangível, pelo custo corrente de reposição.
- (D) intangível, pelo valor presente da expectativa de recebimentos pelo uso da patente.
- (E) imobilizado, pelo valor presente da expectativa de recebimentos pelo uso da patente.

Noções de Análise de Dados e de Inteligência Artificial

17

Em um estudo técnico baseado em um grande conjunto de dados, foram empregadas técnicas de aprendizado de máquina e análise estatística para identificar padrões e outras informações. Entretanto, os resultados foram questionados, pois, embora tenha sido demonstrada existência de correlação, não foi estabelecida relação de causalidade.

Considerando as melhores práticas e os desafios da mineração de dados, analise as afirmativas a seguir.

- I. Foram gerados *insights* a partir de dados válidos e confiáveis.
- II. A equipe executora contava com especialistas com experiência em programação Python, R e SQL.
- III. A metodologia empregada atendeu a literatura e outros estudos técnicos semelhantes, descrevendo que foi selecionada apenas uma base de informações de dados não estruturados atualizada para realizar o processamento, em virtude de limitações de capacidade computacional, dos custos envolvidos e dos testes que demonstraram a introdução de incerteza ao se realizar uma coleta ampla e profunda de conjuntos de dados.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

18

Os grandes modelos de linguagem, também conhecidos como LLMs (*Large Language Model*),

- (A) empregam uma tabela numérica para representar cada palavra, o que possibilita reconhecer relações entre palavras, como vocábulos com significados semelhantes.
- (B) correspondem a um conjunto de redes neurais em que cada uma consiste em um codificador e um decodificador com recursos de recorrência e convoluções.
- (C) processam entradas sequencialmente, o que potencializa a realização dos cálculos mais complexos.
- (D) utilizam vetores multidimensionais, conhecidos como incorporações de palavras, para representá-las de modo que aquelas com significados contextuais semelhantes ou com outras relações fiquem próximas entre si no espaço vetorial.
- (E) processam sequências inteiras em paralelo, empregando recursos de recorrência e convoluções, o que possibilita o uso extensivo de GPUs (*Graphics Processing Units*) para treinar LLMs.

19

Dados abertos são um tema de crescente importância no serviço público. Um analista do TCE-PE estava apresentando para seus colegas de repartição as três normas fundamentais dos dados abertos preconizados pela *Open Knowledge Foundation*.

Nesse contexto, avalie se as seguintes ações devem ser realizadas e assinale (V) para verdadeira ou (F) para falsa.

- () *Disponibilidade e acesso*: os dados devem estar disponíveis como um todo e sob custo não maior que um custo razoável de reprodução e, preferencialmente, devem ser possíveis de serem baixados pela Internet. Os dados devem também estar disponíveis de uma forma conveniente e modificável.
- () *Reuso e redistribuição*: os dados devem ser disponibilizados com termos que autorizem sua reutilização e redistribuição, inclusive permitindo sua integração com outros conjuntos de dados.
- () *Uso ético e seguro*: todos os usuários de dados devem ser devidamente identificados e ter condições de utilizar, reutilizar e armazenar os dados com segurança. É fundamental garantir a não discriminação por gênero, área de atuação, identidade pessoal, pertencimento a grupos sociais ou vínculo com órgãos governamentais.

As ações são, na ordem apresentada,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – F.

20

A Mineração de Dados é a etapa do processo de KDD (Knowledge Discovery in Databases) responsável por extrair modelos de conhecimento a partir dos dados disponíveis. Após a construção desses modelos, é fundamental avaliar sua qualidade, o que exige compará-los com dados específicos para mensurar métricas que reflitam seu desempenho. Para garantir uma avaliação imparcial, os dados utilizados na criação do modelo não devem ser os mesmos empregados em sua validação. Assim, o processo de KDD deve utilizar, no mínimo, dois conjuntos distintos de dados: um conjunto de treinamento, para gerar o modelo, e um conjunto de testes, para avaliá-lo.

Selecione a opção que identifica o método de particionamento de dados em que o “conjunto de treinamento” é gerado por N sorteios aleatórios com reposição a partir do conjunto de dados original (que contém N registros). Já o “conjunto de testes” é composto pelos registros não selecionados para o “conjunto de treinamento”.

- (A) *Holdout*.
- (B) *Bootstrap*.
- (C) *Leave-One-Out*.
- (D) *K-Fold CrossValidation*.
- (E) *Stratified K-Fold CrossValidation*.

Conhecimentos de Legislação Direito Constitucional

21

Ao analisar um processo de tomada de contas especial, o Tribunal de Contas do Estado Alfa apreciou a linha argumentativa do gestor, que afirmou ter embasado a sua decisão na interpretação correta do Art. X da Constituição da República. De acordo com esse gestor, em regimes democráticos, as decisões políticas fundamentais são tomadas por agentes com representatividade popular, indicativo de que as opções do Poder Constituinte, conforme externado no texto constitucional, devem ser identificadas e prestigiadas pelo intérprete. O exercício de uma atividade essencialmente cognoscitiva evita o arbítrio do caso concreto, que busca transmutar opções pessoais em tecnicismo, não raro com o objetivo de satisfazer interesses menos nobres.

É correto afirmar que a linha argumentativa apresentada pelo gestor é compatível com:

- (A) o realismo jurídico.
- (B) uma teoria semiótica de interpretação.
- (C) as vicissitudes do pensamento problemático.
- (D) a evolutividade informal da ordem constitucional.
- (E) a atividade decisória que promove a resolução de conflitualidades intrínsecas no curso do processo de interpretação.

22

Maria, de nacionalidade moçambicana, foi acusada de crimes políticos em seu país de origem, com base em fatos que se comprovaram verídicos. Diante disso, decidiu fugir para o território brasileiro, onde se integrou com facilidade ao ambiente social, favorecida pelo idioma comum. Três anos depois, o Estado moçambicano requereu a sua extradição, tendo Maria, dias antes, requerido a sua naturalização como brasileira.

Considerando a perspectiva constitucional, é correto afirmar que, diante da situação descrita,

- (A) o Brasil não defere a naturalização de estrangeiros que estejam sendo processados em seu país de origem.
- (B) o Brasil não extradita estrangeiros por crimes políticos, ainda que praticados antes do requerimento de naturalização.
- (C) em razão do estatuto da reciprocidade e da residência há um ano no território brasileiro, Maria deve ter a sua naturalização deferida.
- (D) Maria ainda não preencheu o requisito de quinze anos ininterruptos de residência no território brasileiro para que possa ter deferida a naturalização;
- (E) Maria já preencheu os requisitos para o deferimento do pedido de naturalização, mas o deferimento da extradição, pelo crime anterior, pressupõe o atendimento do requisito da dupla tipificação.

23

O Tribunal de Contas do Estado Sigma, ao apreciar as contas de Antônio, que atuara como ordenador de despesas na administração direta do Poder Executivo do Município Delta, identificou irregularidades nos processos administrativos conducentes à realização de algumas despesas, que apontavam claramente para o desvio de recursos públicos, com a caracterização do ato de improbidade administrativa tipificado como enriquecimento ilícito. Ao fim da análise, asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, foi aplicada a Antônio a sanção de multa e realizada a imputação de débito, o que resultou na obrigação de ressarcir os cofres públicos.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que, na situação descrita,

- (A) a reparação do dano causado por Antônio é imprescritível.
- (B) somente Delta pode executar o débito imputado a Antônio.
- (C) o Ministério Público de Contas pode promover somente a execução da multa aplicada a Antônio.
- (D) a execução da multa e do débito deve ser promovida pelo Estado Sigma, ao qual está vinculado o Tribunal de Contas.
- (E) como foi formado um título executivo judicial, é desnecessário o ajuizamento de ação de conhecimento em face de Antônio.

24

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa (ALEA) aprovou, após ampla mobilização parlamentar, emenda à Constituição Estadual dispondo que a concessão de terras públicas, de qualquer dimensão, dependeria de prévia autorização do Poder Legislativo. Irresignado com o teor dessa emenda, que considerava manifestamente inconstitucional, o Governador do Estado Alfa, que tinha formação jurídica, elaborou a petição inicial e ingressou pessoalmente com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que

- (A) a emenda afronta a separação dos poderes, sendo, portanto, inconstitucional.
- (B) a ADI não deve ser conhecida, pois, apesar de o Governador ter legitimidade para ajuizá-la, não tem capacidade postulatória.
- (C) por simetria com a Constituição da República, a ALEA somente deve autorizar a alienação de terras públicas com área superior a 2.500 hectares.
- (D) por simetria com a Constituição da República, a ALEA somente deve autorizar a alienação de terras públicas, não sua concessão, em razão da não transferência da propriedade.
- (E) foi promovida a tutela compartilhada do patrimônio público, sendo que, em se tratando de alienação ou concessão de terras públicas de Alfa, com área superior a 2.500 hectares, é necessária autorização do Congresso Nacional.

25

Com o objetivo de aumentar a arrecadação de receitas ordinárias e contribuir para o equilíbrio das contas públicas, o Estado Alfa editou a Lei nº X, de iniciativa parlamentar e que foi sancionada pelo Governador do Estado, com o seguinte teor:

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar os débitos do imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal realizou estudos com o objetivo de analisar a conformidade constitucional desse diploma normativo, tendo concluído corretamente que:

- (A) não há qualquer vício de inconstitucionalidade na Lei nº X.
- (B) o Estado Alfa não tem competência para legislar sobre a matéria.
- (C) em razão da ausência de detalhamento, há afronta ao princípio da legalidade.
- (D) é vedada a concessão de moratória de impostos diretos sobre o patrimônio.
- (E) há vício de iniciativa, por tratar de matéria tributária, o qual não foi afastado pela sanção do Governador.

Direito Administrativo

26

Durante atividade fiscalizatória realizada por servidores públicos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, descobriu-se que João, agente público no âmbito do Município Alfa, agindo de forma negligente, descumpriu normas relativas à aprovação de contas de parceria firmada pelo poder público com a entidade privada ABC. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que João:

- (A) não responderá por ato de improbidade administrativa, salvo se restar demonstrada a ocorrência de lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.
- (B) responderá por ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (C) responderá por ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (D) responderá por ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (E) não responderá por ato de improbidade administrativa.

27

Em conformidade com a legislação de regência, a empresa pública e a sociedade de economia mista adotarão regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam, dentre outras, área responsável pela verificação de cumprimento de obrigações e de gestão de riscos e auditoria interna e Comitê de Auditoria Estatutário.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, analise as afirmativas a seguir.

- I. O estatuto social deverá prever a possibilidade de que a área de *compliance* se reporte diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do diretor-presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.
- II. A auditoria interna deverá ser responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.
- III. É possível, excepcionalmente, que a auditoria interna seja vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, desde que haja justificativa idônea para tanto.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

28

Marcos, autoridade máxima de determinado órgão público no Município *Alfa*, Estado de Pernambuco, pretende designar agente público para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Para tanto, Marcos consultou a legislação de regência, com o objetivo de conhecer, em tese, os requisitos que devem ser preenchidos pela pessoa a ser escolhida.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise os requisitos elencados a seguir.

- I. Exercer, preferencialmente, cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública.
- II. Ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público.
- III. Não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, nem ter com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

O agente público designado para o desempenho das funções essenciais à execução da Lei nº 14.133/2021 deve preencher o(s) requisito(s):

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

29

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco tomou ciência, por meio de denúncia anônima, de que órgãos públicos e entidades da Administração Indireta do Município *Alfa* estariam dificultando o acesso a informações de interesse público por parte da sociedade civil. Desta forma, a Corte de Contas adotou as medidas necessárias para sanar a situação posta.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- () Os órgãos do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet, obrigação não extensível às entidades da Administração Indireta.
- () O Poder Público poderá condicionar o acesso às informações de interesse público à demonstração, pelo interessado, dos motivos determinantes da solicitação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) F – V – F.
- (C) V – F – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – V.

30

Lucas, servidor público no Município *Alfa*, Estado de Pernambuco, respondeu, em juízo, pela prática do crime de abuso de autoridade. Contudo, encerrada a persecução penal processual, concluiu-se que Lucas agiu sob o manto da legítima defesa, em sentença penal transitada em julgado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que Lucas:

- (A) não poderá ser responsabilizado na seara administrativa, em razão da formação de coisa julgada proveniente da persecução penal processual. Contudo, nada impede a responsabilização civil do agente público, ante o princípio da independência das instâncias.
- (B) não poderá ser responsabilizado na seara civil, em razão da formação de coisa julgada proveniente da persecução penal processual. Contudo, nada impede a responsabilização administrativa do agente público, ante o princípio da independência das instâncias.
- (C) poderá ser responsabilizado nas searas civil e administrativa, desde que se demonstre, concretamente, a gravidade da conduta perpetrada pelo referido agente público.
- (D) não poderá ser responsabilizado nas searas civil e administrativa, em razão da formação de coisa julgada proveniente da persecução penal processual.
- (E) poderá ser responsabilizado nas searas civil e administrativa, ante o princípio da independência das instâncias.

Direito Financeiro

31

O Município Delta ajuizou ação contra a União, alegando que a concessão de isenções fiscais sobre o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) vem diminuindo os valores a serem repassados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do qual faz parte.

Com base na legislação e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A concessão de benefícios fiscais que reduzam o montante do IR e do IPI é inconstitucional, pois isso compromete a arrecadação municipal, repassada por meio do FPM, e viola a autonomia municipal.
- (B) A concessão de incentivos fiscais pelo Poder Executivo depende de autorização dos entes federativos beneficiários do FPM, sob pena de inconstitucionalidade.
- (C) A base de cálculo para o repasse ao FPM deve considerar o potencial de arrecadação do IR e do IPI, mesmo que parte da arrecadação tenha sido desonerada por incentivos fiscais.
- (D) A concessão de incentivos fiscais federais não pode afetar os percentuais mínimos de aplicação obrigatória em educação e saúde pelos entes subnacionais.
- (E) A concessão de isenções e benefícios fiscais pela União é constitucional, mesmo que implique na redução dos valores repassados aos municípios por meio do FPM, desde que sejam observados os limites legais e constitucionais.

32

Durante reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), alguns secretários de fazenda estaduais manifestaram preocupação com a constante ampliação, por parte da União, de programas de desoneração de contribuições sociais (como a COFINS e a CSLL) com base na Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Argumentaram que essa prática retirava receitas dos orçamentos estaduais, violando o princípio federativo e configurando burla à repartição constitucional de receitas.

Diante disso, os governadores de diversos estados ajuizaram ação perante o Supremo Tribunal Federal, sustentando que a DRU compromete a repartição de receitas e, por consequência, a autonomia financeira dos entes subnacionais.

Diante desse contexto e com base na legislação e na jurisprudência do STF sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A DRU é matéria reservada à lei complementar, conforme previsão constitucional expressa.
- (B) A destinação específica das contribuições sociais, por ser prevista na Constituição, impede sua desvinculação pela DRU, sob pena de fraude ao sistema tributário nacional.
- (C) A DRU afasta a incidência de normas constitucionais de partilha sobre os percentuais desvinculados, razão pela qual não se pode exigir que tais valores sejam partilhados com os demais entes da federação.
- (D) As contribuições sociais arrecadadas perdem sua natureza jurídica ao serem submetidas à DRU, transformando-se em receitas orçamentárias ordinárias.
- (E) A utilização da DRU pela União deve respeitar a repartição do produto da arrecadação com os Estados, inclusive sobre os valores desvinculados, para evitar violação à repartição de receitas tributárias.

33

No julgamento das contas relativas à gestão do ex-prefeito do Município *Beta*, o Tribunal de Contas do Estado *Alfa* impôs duas sanções distintas ao agente político:

- (i) imputação de débito, no valor de R\$ 450 mil, correspondente a despesas realizadas sem comprovação de regularidade;
- (ii) multa simples, no valor de R\$ 25 mil, aplicada em razão da ausência de prestação de informações contábeis obrigatórias ao órgão de controle externo, em violação a normas de Direito Financeiro.

Passados três anos do trânsito em julgado do acórdão do Tribunal de Contas, o Município *Beta* ajuizou execução fiscal, em face do ex-prefeito, apenas em relação ao débito de R\$ 450 mil. Já o Estado *Alfa*, em que está inserido o Município *Beta*, por sua Procuradoria-Geral, moveu execução fiscal da multa simples, cobrando-a do ex-prefeito.

Diante dessa situação hipotética, e com base no entendimento do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Município *Beta* é o único legitimado para executar tanto a imputação de débito quanto a multa simples, pois ambas as sanções decorrem de atos lesivos ao seu patrimônio.
- (B) O Estado *Alfa* somente pode executar a multa se a infração envolver dano efetivo ao erário estadual, o que não se verifica no caso concreto.
- (C) A multa simples deve ser executada pelo próprio Tribunal de Contas que a aplicou, sendo vedado seu encaminhamento à Procuradoria do Estado.
- (D) Compete ao Estado *Alfa* executar a multa simples imposta pelo Tribunal de Contas, quando esta decorre da violação de normas financeiras ou do descumprimento de deveres de colaboração por parte do agente público municipal.
- (E) Tanto a imputação de débito quanto a multa simples podem ser executadas judicialmente apenas se houver autorização legislativa específica do ente federativo interessado.

34

Durante o segundo semestre do exercício financeiro de 2024, a Assembleia Legislativa do Estado X aprovou um crédito suplementar destinado à Defensoria Pública estadual, após solicitação da instituição e manifestação favorável do Poder Executivo.

Contudo, nos meses seguintes, o Governador passou a reter parte dos valores correspondentes aos duodécimos da Defensoria Pública, inclusive os decorrentes do crédito suplementar, sob a justificativa de frustração de receita e necessidade de contingenciamento.

A Defensoria ajuizou ação pleiteando a liberação integral dos valores aprovados na Lei Orçamentária Anual - LOA e nos créditos adicionais.

Com base na jurisprudência consolidada do STF sobre o tema, assinale a opção correta.

- (A) O Poder Executivo pode reter valores referentes a créditos adicionais aprovados, quando houver frustração de receita, desde que informe previamente ao órgão beneficiário.
- (B) A Defensoria Pública não tem autonomia orçamentária plena, sendo legítima a retenção de duodécimos suplementares pelo Executivo em razão da discricionariedade administrativa.
- (C) O repasse dos créditos adicionais não integra a sistemática dos duodécimos e, por isso, pode ser postergado pelo Governador até o final do exercício financeiro, sem violar a Constituição.
- (D) A retenção injustificada de duodécimos, inclusive os decorrentes de créditos adicionais regularmente aprovados, configura violação à autonomia da Defensoria Pública e afronta a ordem constitucional.
- (E) A execução de crédito suplementar é vinculada à discricionariedade do chefe do Poder Executivo, ainda que haja autorização legislativa específica.

Direito Civil

35

Em uma cidade do interior paulista, a adolescente Karina, de 16 anos, pegou o carro de sua mãe, Sra. Cláudia, sem possuir habilitação e sem autorização expressa para dirigir. Contudo, era prática recorrente e conhecida entre os vizinhos que Karina dirigia o veículo da mãe na ausência desta. Em certa ocasião, ao trafegar em alta velocidade, Karina perdeu o controle do carro e atropelou uma pedestre na faixa, causando-lhe graves lesões. A vítima ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais contra a Sra. Cláudia, proprietária do veículo e mãe da adolescente condutora do veículo.

Diante da situação hipotética e com base na legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Sra. Cláudia não pode ser responsabilizada civilmente, pois não autorizou diretamente o uso do veículo na data do acidente, rompendo-se o nexo causal.
- (B) A responsabilidade da mãe depende de comprovação de culpa in vigilando, pois se trata de ato ilícito praticado por menor em desacordo com sua orientação.
- (C) A responsabilidade civil da Sra. Cláudia é objetiva, pois decorre do dever legal de vigilância e guarda da menor e do veículo, independentemente de autorização expressa no caso concreto.
- (D) A responsabilidade da proprietária do veículo somente seria possível se Karina estivesse a serviço da mãe, o que não ocorreu no caso, afastando o dever de indenizar.
- (E) A responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores é subjetiva, pois o exercício da autoridade parental não se enquadra na previsão legal de atividade de risco.

36

O Banco Solidez S.A. ajuizou execução de título extrajudicial contra a empresa Alfa Logística Ltda. Após infrutíferas tentativas de satisfação do crédito, requereu o incidente de descon sideração da personalidade jurídica para incluir no polo passivo a empresa Beta Operações Portuárias Ltda., sob o argumento de que ambas integram o "Grupo Empresarial Soluções Integradas", utilizam o mesmo endereço comercial e possuem objeto social semelhante.

Nos autos, ficou demonstrado que as duas empresas atuam em setores afins, dividem espaço físico no mesmo prédio comercial e usam logomarca semelhante. Contudo, não foram apresentadas provas de confusão patrimonial, nem de desvio de finalidade entre as empresas.

Com base na legislação aplicável e na jurisprudência consolidada do STJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) A descon sideração da personalidade jurídica deve ser deferida, pois a utilização de marca comum e a atuação conjunta no mercado indicam o propósito de confundir credores.
- (B) A responsabilidade solidária das empresas integrantes do grupo econômico independe de abuso de personalidade jurídica, bastando a identidade de interesses e endereços.
- (C) O redirecionamento da execução é legítimo, já que a solidariedade entre empresas do mesmo grupo é presumida quando há comunhão de objetivos.
- (D) A simples existência de grupo econômico e de elementos como logomarca semelhante e endereço compartilhado não autoriza, por si só, a descon sideração da personalidade jurídica.
- (E) A solidariedade entre empresas do mesmo grupo é regra no direito civil brasileiro, sendo desnecessária a comprovação de confusão patrimonial ou desvio de finalidade.

37

O Município de Riacho Verde propôs ação de reintegração de posse contra os proprietários dos lotes 21 e 22 da zona rural, que, ao cercar suas propriedades com alambrado, obstruíram o acesso de uma estrada municipal desativada há mais de 20 anos, a qual levava a um antigo porto fluvial atualmente abandonado. Os réus alegaram, em contestação, que a estrada não mais possui função pública, não havendo qualquer interesse social ou coletivo em sua manutenção, e que o Município jamais formalizou qualquer registro de domínio da via.

O juízo de primeira instância julgou procedente o pedido do Município, entendimento este confirmado pelo Tribunal estadual. Inconformados, os réus interpuseram recurso especial ao STJ, sustentando a perda da função pública da via e a possibilidade de sua apropriação privada.

Diante da situação hipotética e com base na legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) A obstrução de estrada pública desativada há décadas é legítima, desde que comprovada a ausência de interesse público e o não uso contínuo da via.
- (B) Bens públicos de uso comum do povo são passíveis de usucapião, desde que deixem de atender à coletividade por período superior a 20 (vinte) anos.
- (C) A posse de bem público não exige demonstração material pelo ente público, pois decorre diretamente do domínio jurídico do bem.
- (D) A inatividade da estrada por período superior a 20 (vinte) anos presume sua desafetação, autorizando a incorporação ao patrimônio privado lindeiro.
- (E) A ausência de registro imobiliário do bem público transfere automaticamente sua titularidade ao particular que comprovar posse prolongada e ininterrupta.

Direito Processual Civil

38

Regina ajuizou ação de cobrança em face de Sebastião, requerendo sua condenação ao pagamento de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), correspondentes a serviços de consultoria contábil prestados e não pagos.

Regularmente citado, Sebastião ofertou contestação, na qual aduziu que houve o pagamento dos serviços, pugnano pela improcedência do pedido.

Ato contínuo, sem prévia manifestação das partes a respeito, o Magistrado proferiu sentença na qual reconheceu a ocorrência de prescrição, extinguindo o processo com resolução do mérito.

Tomando o caso acima como premissa, é certo dizer que:

- (A) a sentença é nula, pois o contraditório prévio é princípio que não encontra qualquer exceção no Código de Processo Civil.
- (B) o Magistrado agiu incorretamente, pois é vedado ao juiz proferir decisão fundamentada em elementos sobre os quais não deu às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- (C) o Magistrado equivocou-se ao proferir sentença, pois a extinção do processo em tal hipótese deveria ocorrer mediante decisão interlocutória.
- (D) o ato decisório do Magistrado não padece de vícios, pois a exigência de prévio contraditório somente se aplica aos casos taxativamente previstos no Código de Processo Civil.
- (E) o servidor poderia proferir a sentença de ofício na hipótese, cabendo ao juiz rever o ato, quando necessário.

39

Joana, Thiago e Marina debatiam a respeito da teoria geral da prova no processo civil. Joana, inicialmente, afirmou que os fatos notórios dependem de prova. Thiago, por sua vez, aduziu que o ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Marina, por fim, asseverou que caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

Sobre o caso acima, é correto dizer que:

- (A) Joana, Thiago e Marina estão corretos em suas colocações.
- (B) apenas Joana e Thiago estão corretos em suas colocações.
- (C) apenas Thiago e Marina estão corretos em suas colocações.
- (D) apenas Thiago está correto em sua colocação.
- (E) apenas Marina está correta em sua colocação.

40

O Código de Processo Civil se ocupa de diversos direitos fundamentais processuais, além de tratar dos métodos adequados de solução de controvérsia.

Sobre tais aspectos processuais, analise as afirmativas a seguir.

- I. A mediação e a conciliação serão regidas conforme a livre autonomia dos interessados, inclusive no que diz respeito à definição das regras procedimentais.
- II. As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- III. A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juizes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, somente no curso do processo judicial.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Conhecimentos Específicos (Contas Públicas)

Auditoria Governamental

41

Considere a seguinte situação hipotética:

Um auditor de controle externo, ao realizar procedimento de análise de riscos para subsidiar o planejamento anual da atividade de auditoria externa governamental relativa à divisão na qual integra e atua, elencou: uma contratação pública financiada por recursos de emendas parlamentares; uma política pública estadual de habitação; e as contratações de profissionais por uma organização social que realiza gestão em uma Unidade Básica de Saúde municipal.

Quanto ao contrato financiado por recursos de emenda parlamentar, o auditor pretende ver questões relativas ao cumprimento das normas específicas de transparência, à fidedignidade dos registros contábeis e à exatidão do procedimento licitatório realizado.

A política pública de habitação será avaliada em função do atingimento dos objetivos estabelecidos. Também serão ponderados os recursos em análise com enfoque na maximização de sua utilização. Contudo, não se cogita abordar possível exame quanto ao impacto da política na população alvo, haja vista não ter base de dados comparativa disponível.

Por fim, as contratações de pessoal serão analisadas frente à legislação aplicável e aos procedimentos estabelecidos pela organização social e ratificados pela administração pública municipal. Cogita-se cruzar os dados dos profissionais contratados com a relação de servidores públicos de diversos órgãos, de modo a identificar acumulação de cargos.

As afirmativas a seguir descrevem corretamente procedimentos e tipos de auditoria no âmbito da fiscalização da administração pública, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O principal objetivo da auditoria operacional é promover, construtivamente, a governança econômica, efetiva e eficaz.
- (B) Realizada auditoria operacional na política de habitação e encontrado espaço para aperfeiçoamento, o auditor poderá determinar correções em procedimentos e condutas, bem como responsabilizar os agentes que derem azo a impropriedades.
- (C) Uma possibilidade para fiscalizar a utilização das emendas parlamentares seria a realização de uma auditoria de conformidade combinada com financeira, haja vista constar no objetivo a verificação da fidedignidade dos registros contábeis.
- (D) A contratação de profissionais por Organização Social para execução do objeto de um contrato de gestão é possível por esta se categorizar como pessoa jurídica que gere recursos públicos.
- (E) O melhor instrumento para fiscalização da política de habitação é a auditoria operacional, uma vez essa ter por objetivo a análise independente de empreendimentos, sistemas, operações, programas, atividades ou organizações do governo quanto ao seu funcionamento de acordo com princípios de economicidade, eficiência e efetividade.

42

Leia as descrições a seguir.

A primeira refere-se à avaliação independente para determinar se um dado objeto está adequado com as normas aplicáveis, identificadas como critérios, centrando-se na obtenção de evidência suficiente e apropriada relacionada à adequação com esses critérios.

A segunda busca determinar se as demonstrações financeiras de uma entidade foram elaboradas de acordo com uma estrutura de relatório financeiro aceitável, além de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada relacionada às leis e regulamentos que têm efeito direto e relevante sobre as demonstrações financeiras.

Com base nos trechos, assinale a afirmativa que descreve corretamente os conceitos de auditoria a que se referem.

- (A) O primeiro trecho se refere à auditoria operacional, que busca verificar a adequação de processos de trabalho, utilizando como critérios os regulamentos aplicáveis.
- (B) O segundo trecho se refere à auditoria de conformidade, haja vista buscar a verificação da conformidade das demonstrações financeiras em face da estrutura de relatório financeiro aplicável.
- (C) Ambos os trechos se referem à auditoria financeira, sendo critério definido como o aspecto escolhido pelo auditor para a seleção de um objeto de auditoria relevante e apropriado.
- (D) O segundo trecho se refere à auditoria de demonstrações financeiras, mas afirma incorretamente que esta busca evidência relacionada às leis e regulamentos, o que é competência da auditoria de conformidade.
- (E) O primeiro trecho se refere à auditoria de conformidade, sendo evidência definida como os fatos verificados que dão base para a conclusão ou opinião do auditor.

43

A auditoria financeira pode ser definida como a análise que pretende determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada de acordo com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.

Com base nos conceitos da NBASP 200 e considerando os objetivos e características da auditoria financeira no âmbito do setor público, assinale a afirmativa correta.

- (A) O auditor, ao planejar e executar a auditoria, deve aplicar o conceito de materialidade em termos qualitativos (pela natureza) e, quando pertinente, em termos quantitativos (pelo valor), além de relatar os resultados.
- (B) O auditor deve obter um entendimento suficiente da entidade auditada e do ambiente no qual ela opera, da estrutura de relatório financeiro aplicável e do sistema de controle interno da entidade, a fim de identificar e avaliar os riscos estratégicos e operacionais.
- (C) A identificação e avaliação do risco de distorção relevante realizadas pelo auditor levam em conta tanto o risco inerente quanto o risco de controle.
- (D) A situação de risco inerente ocorre quando há risco de que os controles internos não previnam, detectem e corrijam erros ou distorções.
- (E) O risco de controle é o que ocorre quando um determinado saldo de conta ou classe de transações encontra-se sujeito a erros ou distorções.

44

Segundo a NBASP 9020, a avaliação de políticas públicas pode ser definida como um exame que objetiva avaliar a utilidade dessas políticas, analisando seus objetivos, implementação, produtos, resultados e impactos o mais sistematicamente possível; e medindo seu desempenho visando avaliar sua utilidade (bem como a sua relevância).

As opções a seguir apresentam corretamente fatores que indicam a importância de uma política pública, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O valor simbólico da política pública para a opinião pública.
- (B) O número ou a relevância das partes interessadas, ou a complexidade das conexões entre elas.
- (C) O alcance do efeito potencial da política pública previsto sobre seus destinatários e sobre a sociedade em geral.
- (D) O tamanho do orçamento, isto é, o montante de recursos públicos alocados para uma política pública específica.
- (E) A homogeneidade da política pública em relação a número restrito de partes interessadas e a platitudo de avaliar seus efeitos.

45

O risco de auditoria (RA) é uma relação entre o risco inerente (RI), o risco de controle (RC) e o risco de detecção (RD), podendo ser assim representado:

$$RA = RI \times RC \times RD$$

Considerando os conceitos que envolvem o risco de auditoria e os riscos inerente, de controle e de detecção, assinale a afirmativa que apresenta uma proposição correta.

- (A) O risco inerente é associado ao contexto da organização, considerando os objetos a serem auditados e as medidas mitigadoras implementadas pela entidade.
- (B) O risco de distorção relevante é uma relação entre o risco de controle e o risco de detecção.
- (C) O risco de detecção é relativo ao nível de eficácia das medidas de controle implementadas, ou seja, o quanto elas são aptas à mitigar a ocorrência de um evento de risco ou o seu impacto potencial.
- (D) O risco de controle é relativo aos procedimentos de auditoria realizados pelo auditor para manter o risco de auditoria no nível aceitável.
- (E) Para um maior nível de asseguarção o auditor deverá aceitar um baixo nível de risco de auditoria.

46

Durante uma auditoria financeira, um auditor irá combinar testes de controle com procedimentos substantivos. Para determinar o tamanho da amostra estatística para testes de controle, o auditor deverá adotar o procedimento denominado:

- (A) amostragem por unidades monetárias.
- (B) amostragem não probabilística.
- (C) amostragem por atributos.
- (D) simulação de Monte Carlo.
- (E) inspeção aleatória.

47

Leia o trecho a seguir.

A auditoria de conformidade pode também levar as Entidades de Fiscalização Superior com poderes jurisdicionais a proferir julgamentos e aplicar sanções aos responsáveis pela gestão de recursos públicos. Algumas Entidades de Fiscalização Superior são obrigadas a encaminhar os fatos passíveis de processo criminal às autoridades judiciais. Nesse contexto, o objetivo da auditoria de conformidade pode ser estendido e o auditor deve levar em consideração os requisitos específicos relevantes ao definir a estratégia e o planejamento da auditoria, e ao longo de todo o processo de auditoria.

Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público - NBASP 400, 14.

Os achados de auditoria apresentam alguns elementos que conferirão suporte à responsabilização dos agentes, como os listados a seguir.

1. Identificação do responsável
2. Conduta
3. Nexo de causalidade
4. Culpabilidade
5. Efeitos reais da ação ou omissão
6. Efeitos potenciais da ação ou omissão

Considerando o trecho apresentado, é correto afirmar que os elementos essenciais à responsabilização de agentes públicos são:

- (A) 1, 2 e 4, apenas.
- (B) 1, 2, 3 e 5, apenas.
- (C) 1, 2, 4 e 5, apenas.
- (D) 1, 2, 3 e 4, apenas.
- (E) 1, 2, 3, 4, 5 ou 6.

48

Um determinado município implementou uma política pública na área da educação básica e que perdura por dez anos, sendo mantida pelos sucessivos governos com pontuais alterações.

Tal política pública foi objeto de avaliação por dois distintos grupos de pesquisadores de universidades públicas que publicaram os resultados de suas pesquisas em revistas especializadas. Também o município contratou uma equipe de avaliadores para aferição da política pública.

O tribunal de contas, que contém o município em sua jurisdição, decidiu realizar uma meta-avaliação da política pública.

Com base nas informações disponíveis e na NBASP 9020, assinale a afirmativa que descreve corretamente tal processo.

- (A) Na realização da meta-avaliação a equipe do tribunal de contas irá avaliar as avaliações pretéritas realizadas por equipes de auditoria do tribunal.
- (B) A meta-avaliação é utilizada para determinar a utilidade, a propriedade, a natureza sistemática e a precisão da política pública.
- (C) No trabalho de avaliação de políticas públicas, o tribunal de contas deverá abranger a completude da política que será avaliada.
- (D) Caso a meta-avaliação seja requisitada por autoridade, mas a equipe de auditoria do tribunal de contas tenha receio de ameaça à sua independência, poderá o tribunal de contas recusar a demanda.
- (E) Compete aos tribunais de contas decidirem o escopo e o processo das avaliações de políticas públicas que realizam, cabendo a ratificação pela autoridade requisitante de modo a conferir viabilidade a formulação de suas conclusões.

Direito Administrativo

49

Após ser aprovado em um complexo concurso público, Eduardo tomou posse no cargo público de Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado *Alfa*, estando em efetivo exercício há quatro anos. O Poder Público descobriu, contudo, que Eduardo estava, frequentemente, embriagado no âmbito da repartição pública, dando ensejo à deflagração de um processo administrativo disciplinar em seu detrimento.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Eduardo, por ser um servidor público:

- (A) celetista, faz jus à estabilidade, mas nada impede que haja a perda do cargo público por meio de decisão prolatada em processo administrativo disciplinar, observando-se a ampla defesa.
- (B) estatutário, faz jus à estabilidade, mas nada impede que haja a perda do cargo público por meio de decisão prolatada em processo administrativo disciplinar, observando-se a ampla defesa.
- (C) estatutário, faz jus à estabilidade, de forma que só poderá perder o cargo público por meio de sentença judicial transitada em julgado.
- (D) celetista, faz jus à vitaliciedade, de forma que só poderá perder o cargo público por meio de sentença judicial transitada em julgado.
- (E) estatutário, faz jus à vitaliciedade, de forma que só poderá perder o cargo público por meio de sentença judicial transitada em julgado.

50

Fábio, servidor público civil do Estado de Pernambuco, pretende fazer uso da licença para tratamento de saúde, por ter sido diagnosticado com uma grave doença. Nesse contexto, o referido servidor público constatou ser necessária a realização de inspeção médica.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Estadual nº 6.123/1968, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nas localidades em que não houver junta médica, a inspeção poderá, a juízo da Administração, ser realizada por médico da Secretaria de Saúde, e, na falta deste, com a declaração do fato, por outro médico do serviço público.
- II. O servidor público não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por período superior a doze meses, exceto nos casos considerados recuperáveis, nos quais, a critério da junta médica, a licença poderá ser prorrogada por igual período.
- III. No processamento das licenças para tratamento de saúde, será observada a publicidade, inerente aos atos praticados pela Administração Pública, sobre os laudos e atestados médicos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

51

Interessada em participar de processo licitatório no âmbito do Estado de Pernambuco, visando à celebração de posterior contrato administrativo, a sociedade empresária *Alfa* buscou, junto à legislação de regência, informações atinentes ao regime jurídico dos pactos administrativos.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as prerrogativas a seguir.

- I. Ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, salvo após extinção do contrato.
- II. Modificar os pactos administrativos, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- III. Aplicar sanções, após a observância do contraditório judicial, pela inexecução total ou parcial do ajuste.

O regime jurídico dos contratos instituído pela Lei nº 14.133/2021 confere à Administração, em relação a eles, a(s) prerrogativa(s) elencada em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

52

Carlos, médico na rede pública de saúde do Estado de Pernambuco, agindo de forma negligente no exercício de suas funções, cometeu um erro durante procedimento cirúrgico realizado em um particular, causando-lhe danos materiais irreversíveis.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que:

- (A) à luz da teoria do risco integral, aplicável ao caso apresentado, o Estado de Pernambuco não poderá alegar excludentes do nexo de causalidade para afastar a sua responsabilização civil.
- (B) a responsabilidade civil do Estado de Pernambuco é objetiva, sendo certo que Carlos, na qualidade de agente público, poderá responder na via regressiva, já que agiu de forma negligente.
- (C) o Estado de Pernambuco não poderá ser responsabilizado pela conduta praticada pelo agente público Carlos, que responderá, subjetivamente, pelos danos causados ao particular.
- (D) em homenagem à teoria do risco administrativo, o Estado de Pernambuco responderá subjetivamente pelos danos causados ao particular.
- (E) a responsabilidade civil do Estado de Pernambuco e do agente público Carlos é objetiva.

53

Encerrada a instrução processual, após a observância do contraditório e da ampla defesa, o Juízo da 5ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de Pernambuco resolveu condenar João, agente público, pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública.

Nesse cenário, considerando as disposições expressas na Lei nº 8.429/1992, a sentença proferida nos processos de improbidade administrativa **não** deverá:

- (A) considerar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados e das circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
- (B) considerar, para a aplicação das sanções, os princípios da eficiência e da supremacia do interesse público sobre o interesse particular.
- (C) considerar as consequências práticas da decisão, sempre que decidir com base em valores jurídicos abstratos.
- (D) considerar na aplicação das sanções a dosimetria das sanções relativas ao mesmo fato já aplicadas ao agente.
- (E) indicar, na apuração da ofensa a princípios, critérios objetivos que justifiquem a imposição da sanção.

54

Nos termos do Decreto Estadual nº 54.700/2023, que regulamenta o sistema de registro de preço no âmbito do Estado de Pernambuco, o gerenciador deverá realizar, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, procedimento público de Intenção de Registro de Preços (IRP) no Sistema PE-Integrado, com o objetivo de permitir a participação de outros órgãos ou entidades da administração pública estadual na futura ata e determinar a estimativa total de quantidades ou do valor máximo da despesa a ser contratada.

Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto Estadual nº 54.700/2023, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () O prazo mínimo para que outros órgãos ou entidades manifestem interesse em participar da Intenção de Registro de Preços (IRP) será de cinco dias úteis, contado da data de divulgação da IRP no PE-Integrado, com possibilidade de prorrogação ou redução desse prazo, a critério do gerenciador, mediante justificativa prévia.
- () A Intenção de Registro de Preços (IRP) poderá ser justificadamente dispensada quando o objeto for de interesse restrito ao gerenciador ou o atendimento da demanda for incompatível com o seu trâmite.
- () Os órgãos e as entidades da administração pública estadual, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as Intenções de Registro de Preço (IRPs) em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – V – V.
- (E) V – V – V.

Contabilidade Geral

55

Em 01/01/2024, uma sociedade empresária foi constituída, com o objetivo de atuar com o serviço de *vans* para passeios de turismo. Na data, adquiriu 10 veículos pelo preço unitário de R\$ 120.000. A vida útil foi estimada em cinco anos, e não foi considerado valor residual.

Ao realizar o teste de recuperabilidade das *vans* em 31/12/2024, a sociedade empresária constatou que o valor justo líquido de despesa de venda era de R\$ 940.000, enquanto o valor em uso era de R\$ 950.000.

A sociedade empresária decidiu extinguir a oferta de passeios de turismo e passou a oferecer transporte para empresas. Deste modo, em 01/01/2025, fez uma permuta com uma empresa especializada e trocou as *vans* antigas, cujo valor justo era de R\$ 940.000, por 6 novas. O valor justo unitário das *vans* novas podia ser mensurado com segurança e era de R\$ 155.000.

Considerando apenas as *vans* objeto da permuta, o ativo imobilizado da sociedade empresária, após a realização da permuta, deve ser mensurado por:

- (A) R\$ 930.000.
- (B) R\$ 940.000.
- (C) R\$ 950.000.
- (D) R\$ 955.000.
- (E) R\$ 960.000.

56

A Cia. X tinha, como único ativo, a participação de 100% na Cia. Y. A Cia. X avaliava o investimento na Cia. Y pelo método da equivalência patrimonial. Em 2023, a Cia. Y apurou resultado líquido positivo de R\$ 10.000. A Cia. X optou por destinar o valor do Resultado de Equivalência Patrimonial para a formação da Reserva de Lucros a Realizar.

Em 2024, foi verificado que o valor do resultado da Cia. X, do ano de 2023, foi realizado, uma vez que a Cia. Y pagou dividendos no valor correspondente ao lucro de 2023.

Assinale a opção correta sobre o impacto da reversão da reserva na Demonstração do Resultado da Cia. X, em 31/12/2024.

- (A) Não há impacto.
- (B) Receita financeira.
- (C) Reversão em receita financeira.
- (D) Receita de equivalência patrimonial.
- (E) Reversão em receita de equivalência patrimonial.

57

Em julho de 2024, uma empresa de produção de eventos começou a programar um *show* para realização em ambiente aberto, em 01/10/2024.

Em agosto desse mesmo ano, uma portaria foi renovada pelo Governo, exigindo que os organizadores de eventos garantissem o acesso gratuito à água para os consumidores, quando a temperatura ultrapassasse 35 °C. A multa aplicada para descumprimento da portaria era de R\$ 100.000.

O custo estimado com o oferecimento de água nesse *show* era de R\$ 20.000. No entanto, a produtora do *show* garantiu a seus fornecedores que, independentemente da sanção, não iria oferecer gratuitamente água ao público.

Em 30/09/2024, todos os ingressos haviam sido vendidos e o serviço de meteorologia estimou que a temperatura esperada para a data do *show* era de 36 °C.

A temperatura no dia do *show* foi de 37 °C e não foi oferecida água, gratuitamente, aos consumidores.

A produtora do *show* deve reconhecer uma provisão de:

- (A) R\$ 20.000 em agosto.
- (B) R\$ 20.000 em setembro.
- (C) R\$ 100.000 em agosto.
- (D) R\$ 100.000 em setembro.
- (E) R\$ 100.000 em outubro.

58

Em 01/01/2023, uma sociedade empresária adquiriu, por encomenda, móveis para o seu novo escritório, no valor de R\$12.000. Na data, os custos com a instalação foram de R\$1.000. Além disso, os móveis foram instalados na parede de forma que a sua remoção irá exigir a contratação de uma empresa especializada. Os custos com a remoção foram, inicialmente, estimados em R\$2.000. Além disso, a sociedade empresária estimou utilizar os móveis durante 15 anos e doá-los a terceiros, após a remoção.

Em 31/12/2024, a sociedade empresária efetuou uma análise da vida útil do ativo e estimou que os móveis seriam utilizados por mais 10 anos, a partir dessa data. Além disso, foi estimado que os custos com a remoção, iriam aumentar em R\$1.500, além dos inicialmente estimados.

Assinale a opção que indica a depreciação acumulada dos móveis em 30/06/2025, considerando o método da linha reta.

- (A) R\$2.297.
- (B) R\$2.472.
- (C) R\$2.650.
- (D) R\$2.725.
- (E) R\$2.825.

Contabilidade Pública

59

Em um município, o sistema de rodovias é formado por componentes que apresentam vidas úteis distintas, como pavimentação, estruturas, calçadas e iluminação. As vidas úteis dos componentes variam entre 20 a 50 anos.

Em relação à depreciação do sistema de rodovias, é recomendável que:

- (A) cada componente com custo significativo, em relação ao custo total, seja depreciado separadamente.
- (B) todos os componentes sejam depreciados por 50 anos, o que representa a maior vida útil dentre eles.
- (C) todos os componentes sejam depreciados por 20 anos, o que representa a menor vida útil dentre eles.
- (D) seja considerada a vida útil praticada pelo mercado, e evidenciada a conciliação em notas explicativas.
- (E) seja utilizada a média ponderada das vidas úteis para depreciação, e evidenciada a conciliação em notas explicativas.

60

Uma autarquia municipal tem como atividade a prestação de serviços. Em dezembro de 2024, ela reconheceu R\$ 800.000 em prestação de serviços, para recebimento em 90 dias, do seguinte modo:

- R\$ 400.000 a terceiros, residentes no país;
- R\$ 300.000 à Prefeitura do mesmo município;
- R\$ 100.000 a terceiros, residentes no exterior.

No Balanço Patrimonial consolidado do município, em 31/12/2024, o saldo apresentado como "Clientes" é o de:

- (A) R\$ 300.000.
- (B) R\$ 400.000.
- (C) R\$ 500.000.
- (D) R\$ 700.000.
- (E) R\$ 800.000.

61

Uma entidade do setor público vende medicação à população em geral, por valores considerados irrisórios.

Em 01/03/2025, a entidade adquiriu 50 frascos de xarope infantil, no valor de R\$ 3.500,00. O xarope foi colocado à venda por R\$ 10,00 em maio do mesmo ano. Na data, a entidade poderia comprar de seu fornecedor cada frasco por R\$ 60,00. Além disso, o mesmo era vendido em farmácias por R\$ 120,00.

No mês, metade do estoque foi vendido.

Em 31/05/2025, o estoque era reconhecido no Balanço Patrimonial da entidade pelo valor de:

- (A) Zero.
- (B) R\$ 250,00.
- (C) R\$ 1.500,00.
- (D) R\$ 1.750,00.
- (E) R\$ 3.000,00.

62

Uma entidade brasileira do setor público é controladora de uma entidade operacional situada no exterior, cuja moeda funcional é o Dólar. Ela mantém um saldo em caixa na moeda estrangeira.

Em 2024, as mudanças nas taxas de câmbio entre o Real e o Dólar geraram ganhos não realizados.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada da entidade brasileira, o efeito das mudanças, nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa mantidos em moeda estrangeira, deve ser apresentado:

- (A) como atividade operacional.
- (B) como atividade de investimento.
- (C) como atividade de financiamento.
- (D) separadamente dos fluxos de caixa das atividades.
- (E) apenas em notas explicativas relacionadas à demonstração.

63

Em 31/12/2023, uma entidade apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial:

- Empréstimo bancário a pagar (3 anos): R\$ 40.000;
- Disponibilidades: R\$ 80.000;
- Terreno destinado à valorização: R\$ 120.000;
- Capital Social: R\$ 160.000.

No final de 2024 o terreno foi vendido por R\$ 190.000 com recebimento previsto para janeiro de 2026.

Ao avaliar os indicadores de liquidez da entidade em 31/12/2024, após a venda do terreno, foi possível constatar que:

- (A) não houve variação nesses indicadores.
- (B) a liquidez imediata diminuiu.
- (C) a liquidez seca diminuiu.
- (D) a liquidez corrente aumentou.
- (E) a liquidez geral aumentou.

64

Uma entidade avaliava os seus ativos classificados como "Propriedade para Investimento" pelo custo.

Em 2024, ela decidiu avaliar os mesmos ativos pelo valor justo. No entanto, não ajustou os ativos nas demonstrações contábeis de 2023.

Será necessário ter acesso às notas explicativas de 2023 para realizar, em 2024, a seguinte análise:

- (A) vertical.
- (B) horizontal.
- (C) indicadores de liquidez.
- (D) indicadores de lucratividade.
- (E) indicadores de endividamento.

Direito Financeiro

65

Durante auditoria de rotina, o Tribunal de Contas do Estado X identificou que o governo estadual realizou despesas e contratou obrigações referentes à construção de um novo centro tecnológico, sem que o projeto estivesse previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente ou em qualquer crédito adicional aprovado pelo Legislativo.

Considerando as normas constitucionais e a legislação infraconstitucional sobre o tema, a conduta descrita é:

- (A) vedada pela Constituição Federal, por configurar início de projeto não incluído na Lei Orçamentária Anual.
- (B) permitida, desde que haja posterior suplementação orçamentária.
- (C) vedada pela Constituição Federal, pois contraria a regra da anualidade orçamentária, que proíbe qualquer execução de despesa no primeiro semestre do exercício financeiro.
- (D) permitida, pois a execução de investimentos não depende de previsão específica quando houver previsão genérica no plano plurianual.
- (E) permitida exclusivamente se for classificada como despesa de exercício anterior, independentemente da existência de dotação orçamentária prévia.

66

Durante uma auditoria orçamentária no Município *Alfa*, o controle interno municipal identificou as seguintes entradas de recursos na receita pública:

- I. Valores oriundos de impostos municipais, como o IPTU;
- II. Recursos recebidos da União para aplicação em obras de infraestrutura urbana;
- III. Alienação de um imóvel pertencente à administração pública;
- IV. Receitas com a prestação de serviços públicos de natureza remunerada;
- V. Reembolso de empréstimo concedido a autarquia municipal no exercício anterior.

Com base nas categorias econômicas previstas na Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que:

- (A) apenas as receitas I, II e IV são consideradas receitas correntes, as demais são receitas patrimoniais.
- (B) todas as receitas indicadas são receitas correntes, pois não envolvem constituição de dívidas novas.
- (C) apenas as receitas II e III são receitas de capital, as demais são receitas extrapatrimoniais.
- (D) as receitas I e IV são classificadas como receitas correntes, enquanto as receitas II, III e V são receitas de capital.
- (E) apenas a receita III é receita de capital, pois representa aumento de patrimônio, e as demais são correntes.

67

O Município XYZ tem enfrentado crescentes pressões por mais eficiência nos gastos públicos. Ao iniciar a elaboração do orçamento para o próximo exercício, o Secretário de Planejamento propôs que todas as unidades gestoras apresentem justificativas para cada ação planejada, inclusive para programas que já existem há anos, e que demonstrem como cada despesa contribui para os objetivos da política pública. A proposta visa romper com a lógica incremental de “replicar o orçamento anterior com pequenos acréscimos”.

Com base nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) o Município pretende adotar o modelo de orçamento por desempenho, focando a apresentação de metas físicas e indicadores de impacto.
- (B) a técnica orçamentária aplicada corresponde ao orçamento base zero, que exige revisão total e justificativa individualizada de todas as ações a cada novo ciclo orçamentário.
- (C) o método proposto equivale ao orçamento tradicional, cujo foco principal é a separação entre receita e despesa por unidade gestora.
- (D) a proposta está alinhada ao orçamento participativo, pois busca obrigar o gestor a seguir as diretrizes propostas pela população.
- (E) a proposta trata de orçamento por resultados, já que a exigência de justificar cada gasto está vinculada à previsão de superávit fiscal.

68

O Governador do Estado *Alfa* enviou à Assembleia Legislativa o projeto de sua Lei Orçamentária Anual (LOA), para o exercício de 2025, contendo os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das empresas estatais dependentes. No entanto, para fins de celeridade, as dotações relativas à seguridade social foram agrupadas em um único item, sem detalhamento das ações e metas de cada área. Além disso, o projeto previa execução das despesas até março de 2026, sob o argumento de que se trata de programa com vigência plurianual.

Considerando os princípios orçamentários aplicáveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da exclusividade foi respeitado, pois a LOA trata apenas de receita e despesa, ainda que sem detalhamento.
- (B) O princípio da anualidade admite que despesas previstas em uma LOA possam ser executadas no exercício financeiro subsequente, sem autorização específica.
- (C) O princípio da unidade foi violado, pois a inclusão dos três orçamentos em uma mesma lei representa fracionamento orçamentário vedado pela Constituição.
- (D) A apresentação consolidada da seguridade social em item único encontra amparo no princípio da economicidade, desde que aprovada pelo Legislativo.
- (E) O projeto de LOA violou os princípios da anualidade e da especificação, pois prevê execução orçamentária fora do exercício financeiro e apresenta dotações sem detalhamento suficiente.

69

No Estado Y, ao final do exercício financeiro de 2023, foi apurado um superávit de arrecadação de impostos. A Assembleia Legislativa aprovou lei estadual determinando que esse saldo positivo fosse automaticamente vinculado ao Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário, destinando os recursos exclusivamente à aquisição de bens e à contratação de serviços voltados à melhoria da infraestrutura do Tribunal de Justiça estadual.

Diante do caso apresentado, à luz da legislação e da jurisprudência, assinale a opção correta.

- (A) A medida é legítima, pois a autonomia administrativa e financeira do Judiciário permite a vinculação de receitas excedentes de impostos à sua estrutura orçamentária.
- (B) A lei estadual é válida, desde que a destinação ao Fundo Especial tenha sido previamente aprovada no Plano Plurianual do Estado.
- (C) A lei estadual é inconstitucional, pois afronta o princípio da separação de poderes e a vedação à vinculação de receita de impostos a fundo específico.
- (D) O superávit poderia ser utilizado exclusivamente pelo Judiciário, desde que observado o princípio da anualidade e a aprovação em crédito adicional suplementar.
- (E) A lei estadual é inconstitucional, pois o superávit financeiro é sempre classificado como despesa de capital e, portanto, não pode ser direcionado ao Judiciário.

70

Determinado Município editou lei vinculando 100% da arrecadação com multas de trânsito ao Fundo Municipal de Infraestrutura Viária, com o objetivo de custear integralmente a manutenção de vias urbanas e rurais.

Mas, a norma municipal foi questionada judicialmente pelo Ministério Público Estadual, sob o argumento de violação ao regime jurídico das finanças públicas estabelecido pela Constituição da República e pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), na redação dada pela Emenda Constitucional nº 93/2016.

Com base no caso relatado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A norma é constitucional porque os Municípios possuem ampla autonomia para determinar a destinação de suas receitas de forma vinculada.
- (B) A norma é constitucional porque o Fundo Municipal de Infraestrutura Viária atende finalidade pública específica, o que justifica a vinculação integral.
- (C) A norma é inconstitucional por vedar a desvinculação de receitas arrecadadas com multas de trânsito, contrariando a autorização constitucional para que os Municípios desvinculem até 30% de suas receitas correntes.
- (D) A norma é inconstitucional porque apenas os Estados e a União podem desvincular receitas correntes arrecadadas.
- (E) A norma é válida porque receitas originadas de penalidades não estão sujeitas ao regime de desvinculação.

71

Uma empresa pública estadual pretende obter a prerrogativa de submeter o pagamento de suas dívidas judiciais ao regime de precatórios, nos termos do art. 100 da Constituição Federal. Para fundamentar seu pleito, invoca decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu esse direito a entidades estatais que atendam critérios específicos.

Com base na jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) A empresa estatal não dependente, mesmo que concorra com o setor privado e distribua lucros, está sujeita ao regime de precatórios.
- (B) A empresa estatal que obtenha lucros não pode se submeter ao regime constitucional de precatórios.
- (C) A submissão ao regime de precatórios exige que a empresa estatal atue exclusivamente na prestação de serviços públicos essenciais, sem finalidade lucrativa e em regime não concorrencial.
- (D) O regime de precatórios se aplica a todas as entidades da administração indireta, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, independentemente de sua atividade.
- (E) O regime de precatórios é aplicável a qualquer empresa controlada pelo Estado que preste serviços gratuitos à população, mesmo que tenha fins lucrativos e atue em regime concorrencial.

72

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária anual, o Poder Executivo estadual previu uma significativa renúncia de receitas decorrente da ampliação de benefícios fiscais concedidos a determinados setores econômicos. Foi demonstrado que a renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois seguintes, atendendo ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual (LOA); e que a referida renúncia não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO.

Ainda assim, o Ministério Público estadual questionou a legalidade da renúncia, argumentando que ela não foi acompanhada de medidas compensatórias.

Considerando as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre renúncia de receita, assinale a afirmativa correta:

- (A) A concessão da renúncia é válida, pois foi considerada na estimativa de receita da LOA e demonstrado que não compromete as metas fiscais da LDO, ainda que não haja medidas compensatórias.
- (B) A ausência de medidas compensatórias invalida a renúncia, mesmo que ela tenha sido prevista na LOA e compatibilizada com a LDO.
- (C) A concessão de renúncia de receita depende apenas de previsão na LOA, sendo dispensada a compatibilidade com a LDO.
- (D) A validade da renúncia depende exclusivamente da autorização legislativa, prescindindo de análise técnica orçamentária.
- (E) A concessão de benefícios fiscais, mesmo com previsão na LOA, só é admitida após aprovação prévia do Senado Federal.

73

No Estado Y, constatou-se que as despesas correntes realizadas nos últimos 12 meses superaram 95% das receitas correntes apuradas no mesmo período. Apesar da situação de comprometimento fiscal, o Poder Executivo pretende enviar projeto de lei criando novos cargos comissionados e concedendo incentivos fiscais a setores estratégicos da economia estadual.

Considerando o regime constitucional de responsabilidade fiscal aplicável aos entes subnacionais e os limites prudenciais relacionados à sustentabilidade das contas públicas, é correto afirmar que:

- (A) a criação de cargos comissionados é válida, desde que não acarrete aumento imediato de despesa.
- (B) a concessão de benefícios fiscais é permitida, desde que autorizada pela Lei Orçamentária Anual.
- (C) a criação de cargos e a concessão de incentivos fiscais são vedadas enquanto perdurar o comprometimento excessivo das despesas correntes em relação à receita corrente.
- (D) a vedação à concessão de benefícios fiscais só poderá ser aplicada quando as despesas correntes ultrapassarem 100% das receitas correntes, em respeito ao princípio da legalidade.
- (E) a constatação do comprometimento da situação fiscal não impede a adoção de medidas que ampliem benefícios ou despesas, desde que aprovadas pelo Poder Legislativo.

74

Durante o exercício financeiro, a Secretaria Estadual de Infraestrutura realizou pagamento de despesa pública sem que houvesse empenho prévio, alegando que o contrato já havia sido firmado no ano anterior. Posteriormente, o pagamento foi regularizado mediante liquidação e emissão de nota de empenho retroativa. O Tribunal de Contas questionou a legalidade da operação.

Com base nas disposições das Normas Gerais de Direito Financeiro, assinale a opção correta.

- (A) O empenho retroativo é admitido para regularizar despesas liquidadas, desde que haja comprovação documental de que o serviço foi prestado ou bem entregue.
- (B) A realização de despesa sem prévio empenho é vedada, salvo em caso de calamidade pública, devidamente reconhecida.
- (C) O pagamento sem empenho prévio é válido quando a despesa decorre de contrato firmado em exercício anterior.
- (D) A liquidação da despesa deve sempre preceder o empenho, conforme o princípio da execução contábil.
- (E) A ordem de pagamento pode ser emitida sem a liquidação formal da despesa, desde que haja autorização orçamentária e saldo disponível.

Noções de Direito Penal

75

Renata é servidora pública estatutária e exerce a função de fiscal sanitária no Município de São Gonçalo. Durante diligência fiscalizatória em um restaurante, Renata identificou irregularidades que, nos termos da legislação vigente, deveriam ensejar autuação e interdição do estabelecimento.

No entanto, diante da proposta de pagamento indevido feita pelo proprietário do restaurante, Renata aceitou o valor, que seria recebido em parcelas mensais apenas no ano seguinte, e omitiu as irregularidades em seu relatório. Embora realizada no curso da função, a conduta não estava vinculada ao exercício de competência exclusiva.

Diante de tal situação hipotética, assinale a opção correta quanto à tipificação penal da conduta de Renata.

- (A) A tipicidade penal da conduta de Renata depende da prática efetiva de ato funcional de competência exclusiva, sob pena de irrelevância penal ante a não afetação do bem jurídico.
- (B) Trata-se de crime de concussão, pois a aceitação da vantagem indevida no exercício da função pressupõe coação implícita ao particular, nos termos da teoria do domínio funcional.
- (C) Trata-se de crime de corrupção passiva, que se consuma com a aceitação da proposta ilícita, independentemente da prática do ato de ofício ou pagamento, pois o delito é formal.
- (D) Trata-se de crime de prevaricação, pois Renata retardou intencionalmente ato de ofício, mas não houve exigência ou solicitação de vantagem.
- (E) A ausência de vínculo direto entre a vantagem indevida e a conduta ativa da funcionária pública descaracteriza a corrupção, configurando apenas infração disciplinar.

76

Durante investigação policial, apurou-se que Lucas, funcionário lotado na Secretaria Estadual de Saúde, inseriu deliberadamente, em sistema eletrônico oficial de emissão de atestados médicos, informações falsas relativas a exames laboratoriais, com o objetivo de permitir que determinadas pessoas obtivessem licenças remuneradas.

Embora fossem, em tese, compatíveis com os registros usuais, os dados inseridos jamais existiram de fato. Os atestados eram emitidos digitalmente com autenticação automática do sistema, contendo o nome e o registro profissional de médicos cadastrados, mas sem que tais profissionais tivessem ciência do conteúdo inverídico.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta acerca da conduta de Lucas.

- (A) Trata-se de crime de falsificação de documento particular, pois os atestados destinavam-se a beneficiar pessoas físicas solicitantes.
- (B) Trata-se de crime impossível, pois a natureza digital padronizada dos documentos citados impossibilita a violação real da fé pública protegida penalmente.
- (C) Trata-se de crime de falsidade ideológica, pois houve inserção de dados falsos em documentos públicos digitais, com o fim de alterar a verdade sobre fatos juridicamente relevantes.
- (D) Trata-se de crime de uso de documento falso, pois Lucas utilizou documentos gerados por sistema automatizado, sem manipulação direta do conteúdo.
- (E) Trata-se de crime de falsificação material, pois os atestados foram criados integralmente com base em dados inexistentes, alterando-se sua substância e aparência.

Noções de Direito Tributário

77

Durante fiscalização municipal, foi lavrado auto de infração contra sociedade de advogados estabelecida na capital do Estado X, sob o argumento de que ela não se enquadrava nos critérios exigidos pela legislação local para usufruir do regime de recolhimento fixo do ISS com base em alíquotas anuais. A sociedade impugnou o auto, sustentando que a lei municipal contrariava norma nacional sobre o tema.

Com base na legislação e jurisprudência sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei municipal pode impor condições adicionais ao regime de tributação fixa de sociedades uniprofissionais, desde que não altere a base de cálculo do ISS.
- (B) Os municípios possuem competência plena para regular o ISS das sociedades profissionais, ainda que contrariando normas gerais federais.
- (C) A instituição de regimes especiais de tributação fixa para sociedades de profissionais liberais depende de autorização expressa da Constituição Federal.
- (D) A lei municipal que estabelece impeditivos ao regime de tributação fixa do ISS para sociedades de advogados, contrariando norma geral prevista em lei complementar nacional, é inconstitucional.
- (E) A uniformidade de tratamento tributário do ISS entre sociedades de advogados é assegurada por decisão administrativa local, não exigindo previsão legal.

78

Em procedimento de fiscalização instaurado regularmente, a Secretaria da Fazenda Estadual requisitou, mediante intimação escrita, informações sobre a movimentação patrimonial de um contribuinte, junto a uma administradora de bens e a um inventariante judicial. Ambos apresentaram resistência ao cumprimento da intimação, alegando, respectivamente, sigilo profissional e ausência de autorização judicial no processo de inventário.

À luz do Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

- (A) A administradora de bens e o inventariante devem, em regra, se recusar a prestar as informações solicitadas pela autoridade fiscal.
- (B) A prestação de informações por terceiros às autoridades fiscais está condicionada, em todos os casos, à prévia autorização judicial, sob pena de nulidade da prova arrecadada.
- (C) A requisição direta de informações por autoridade fiscal é legítima, mesmo de terceiros não contribuintes, salvo se sobre os fatos recair dever legal de sigilo por motivo de profissão ou função.
- (D) A legislação tributária autoriza a quebra de sigilo de qualquer natureza por autoridade administrativa, desde que o procedimento fiscal esteja devidamente documentado.
- (E) Somente os contribuintes e responsáveis tributários são obrigados a fornecer informações à Fazenda Pública, não alcançando terceiros estranhos à relação jurídico-tributária.

Noções de Direito Previdenciário e de Avaliação Atuarial

79

Caracteriza-se o déficit atuarial quando as obrigações futuras de um regime de previdência são superiores aos recursos financeiros disponíveis para cobri-las. Existindo déficit atuarial em um plano de previdência, o seu equacionamento envolve medidas para equilibrar as finanças.

Das hipóteses indicadas a seguir, assinale aquela que traduz uma dessas medidas de equacionamento.

- (A) Redução das contribuições.
- (B) Aumento de benefícios.
- (C) Paralisação da política de investimentos.
- (D) Suspensão da captação de recursos.
- (E) Criação de planos de amortização.

80

Em determinado ente de previdência, adota-se o sistema no qual as contribuições dos trabalhadores ativos são utilizadas no pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Nesse caso, o regime financeiro adotado é:

- (A) misto.
- (B) de repartição simples.
- (C) de capitais de cobertura.
- (D) de capitalização.
- (E) cooperativista.

Questão Discursiva (Contas Públicas)

1

Uma sociedade empresária apresentou, em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2024, os seguintes saldos:

- Capital Social: R\$ 215.000,00
- Disponibilidades: R\$ 200.000,00
- Estoques: R\$ 40.000,00
- Fornecedores: R\$ 25.000,00

No primeiro semestre de 2025, foram registrados os fatos enumerados a seguir:

1. Pagamento de R\$ 72.000,00 referentes a aluguel antecipado, apropriado mensalmente de forma linear por dois anos, a partir de janeiro de 2025.
2. Aumento de capital social em R\$ 50.000,00, realizado pelos sócios em dinheiro.
3. Pagamento do saldo que era devido aos fornecedores no início do ano.
4. Compra à vista de terreno para valorização futura, no valor de R\$ 30.000,00.
5. Recebimento de R\$ 20.000,00 referentes a empréstimo bancário de longo prazo. Os juros (2% ao mês) serão reconhecidos a partir de julho.
6. Venda de todo o estoque por R\$ 100.000,00, sendo:
 - metade do valor foi recebida no semestre;
 - o restante, vai ser recebido no segundo semestre de 2025, com estimativa de inadimplência de 3%.
7. Reconhecimento e pagamento de R\$ 60.000,00 referentes a despesas gerais.

Com base na NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, indique e explique:

- a) O fluxo de caixa gerado ou consumido pela atividade operacional no primeiro semestre de 2025;
- b) O fluxo de caixa gerado ou consumido pela atividade de investimento no mesmo período;
- c) O fluxo de caixa gerado ou consumido pela atividade de financiamento no mesmo período;
- d) A informação que deve ser evidenciada, caso a sociedade empresária use o método direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Realização

